Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

PODER

Em reunião na capital federal, gestores mostram preocupação com o impacto aos orçamentos das cidades de um eventual encerramento da arrecadação do ISS, como ensaia o governo. Hoje, eles têm encontro marcado com o presidente Lula

Prefeitos contra fim de imposto municipal

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

Em evento iniciado ontem, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) levantou o debate público contra a intenção do governo federal de pôr fim ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), que é municipal. Secretário especial do Ministério da Fazenda para a reforma tributária, Bernard Appy defende abolir a arrecadação.

A FNP, por sua vez, afirma que gestores estão preocupados com o impacto orçamentário nos cofres públicos de municípios. Edvaldo Nogueira, prefeito de Aracaju e presidente da entidade reconduzido ao cargo nessa segunda-feira, comandou o debate sobre o assunto. O tema também é alvo de ressalvas entre governadores. Hoje, integrantes da FNP têm encontro marcado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As proposições que estão sendo discutidas no Congresso não incluem a continuidade do ISS. A Proposta de Emenda Constitucional 45/2019 (PEC 45/2019), discutida no Grupo de Trabalho (GT) da reforma tributária, trata do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), modelo de unificação de impostos. O formato vem sendo defendido arduamente pelo governo. Caso o IVA se consolide, arrecadações como ISS serão enterradas.

No evento, durante a Mesa Fazendária: Reforma Tributária — proposta Simplifica Já, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se disse aberto ao diálogo, mas fez ponderações com relação ao pedido da instituição de apreciação da PEC 46/2022, de autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos -PR), que participou da agenda.

A proposta preserva os atuais tributos – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ISS, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), mas unifica suas respectivas legislações. O modelo é o defendido pela FNP, mas ficou fora da seleção prévia do Executivo no momento de escolher as matérias em tramitação na Câmara e no Senado para levar a reforma tributária adiante. O ICMS — segundo o texto apresentado ao final do ano passado pelo senador, porém sem encaminhamento — teria cargas diferentes em cada estado, mas seria regulado por uma única lei.

Antonio Augusto/FNP84ª Reunião Geral



Vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin esteve no evento dos prefeitos

> **Sei da preocupação da reforma tributária, não é para tirar dinheiro de ninguém, mas reduzir custos. Podem ter certeza que a arrecadação vai crescer para os municípios com a reforma tributária"**
>
> **Geraldo Alckmin,**
> vice-presidente da República

Diálogo

Haddad defendeu o diálogo com a FNP e prefeitos sobre o que está proposto na PEC 46, mas fez críticas com relação à pauta. "O ISS representa 1% em 33% da carga tributária. De 70% a 80% desse recurso vão ficar exatamente onde estão. Estamos falando de R$ 1 a cada R$ 100 arrecadados, que podem mudar de mão em 40 anos. Isso não pode inviabilizar a reforma. A gente precisa ter noção de escala para não errar na calibragem da reforma", disse a jornalistas em sua saída do evento. Sobre o fundo regional intencionado por governadores dentro da reforma tributária, o ministro respondeu que "está no nosso radar para criar", referindo-se à Fazenda.

Oriovisto Guimarães criticou o formato desejado pela Fazenda. "Se essa PEC não aumentar os impostos, será maravilhoso, mas não basta chegar aqui e dizer que não vai aumentar. Mas vai aumentar muito. Vai aumentar as despesas, porque os serviços vão ficar mais caros", argumentou. Houve ressalva do parlamentar, também, acerca da possibilidade de transferência da tributação sobre bens para o setor de serviços, retirando arrecadações que a preço de hoje são municipais.

Em peso

Além de Haddad, ministros e parlamentares da base compareceram à 84ª Reunião Geral da FNP. Camilo Santana, titular da pasta da Educação, anunciou o reajuste do transporte escolar. O gestor, porém, não citou valores e período do aumento. Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais, participou da agenda, a última do dia, que somou 94 parlamentares.

Durante o lançamento da Bancada da FNP no Congresso Nacional, Padilha falou sobre as relações institucionais entre o governo federal e os prefeitos e defendeu a reforma tributária pensada pela Fazenda. Questionado pelo **Correio** sobre a base lulista na Câmara e no Senado para aprovar proposições legislativas relevantes ao Executivo, o ministro disse que "está tudo muito tranquilo" e que "não havia cabresto" do governo nas Casas.

Padilha sinalizou estar ciente de que as votações com o Palácio do Planalto vão passar pela independência de partidos que optaram por não declarar apoio indistintamente a Lula. Nesse grupo, MDB, PSD e União Brasil são os de maiores pesos para aprovar projetos de interesse governista.

Os ministros Márcio França (PSB-SP), de Portos e Aeroportos, e Silvio Almeida, dos Direitos Humanos e da Cidadania, também participaram. Ambos chegaram para o encerramento com o vice-presidente e titular da pasta de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. Em declaração breve, Alckmin defendeu a relevância da política municipalista e fez contraponto à proposta da FNP de discutir um texto que não sejam os escolhidos pelo governo. "A reforma não é para tirar dinheiro de ninguém. Busca simplificação, redução de custos e eficiência econômica", apontou Alckmin, afirmando também que nenhum ente da Federação vai perder receita com a tributária.

Cinco perguntas para...

Eduardo Paes (PSD-RJ),
prefeito do Rio de Janeiro

O encontro deixa muito claro que o debate sobre tributária não está agradando aos prefeitos...

É obvio que todo mundo é a favor da reforma tributária, mas ninguém quer perder. Há um esforço de simplificação. A mensagem é importante. Os municípios têm um conjunto de responsabilidade, mas acho que a abertura do debate é o mais importante. O ministro destacou que os municípios vão ser ouvidos, até porque ele foi prefeito da maior cidade do Brasil. Ele sabe a realidade dos municípios. Então, acho que foi muito produtivo o encontro.

A ideia do encontro, então, foi chamar o debate sobre o tema?

Claro. Nada se esgota aqui. É uma reforma que vai exigir muito de todos os atores políticos do Brasil, porque a reforma tributária mexe com a vida das pessoas.

Acha viável concentrar a discussão da tributária na PEC 46?

Para mim, tanto faz, desde que seja uma reforma tributária benfeita, está bom.

Como está o diálogo com o governador Cláudio Castro a respeito do assunto?

O diálogo está ótimo. Está se encaminhando.

Acredita que será possível aprovar a tributária no primeiro semestre?

Espero ansiosamente que sim. (**KH**)

À espera do Conselho da Federação

» MICHELLE PORTELA

Durante a 84ª Reunião Geral da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), os gestores municipais defenderam a necessidade de a instituição publicar, nos próximos dias, um decreto com a criação do Conselho da Federação. A minuta já está pronta, de acordo com André Ceciliano, secretário especial de assuntos federativos da Presidência da República.

"Temos uma minuta preparada para retomar discussões. Para alcançarmos a democracia no Brasil, mais complexa, temos de criar estratégias, reduzindo as desigualdades sociais", destacou Ceciliano.

Ele também comentou sobre a necessidade de cooperação entre representantes dos três níveis de governo e o respeito à autonomia. "(A proposta) deverá respeitar a autonomia e a diversidade dos entes federados e promover conexão entre eles", enfatizou.

Saiba mais

Agenda marcada

A Bancada da FNP no Congresso Nacional tem sua primeira reunião agendada para 5 de abril. O objetivo é dar andamento aos temas pautados pelos governantes locais, com assuntos em tramitação no Congresso: reforma tributária, financiamento do transporte público urbano, regulamentação do piso da enfermagem e participação das mulheres na política.

Secretário-executivo da Secretaria das Relações Institucionais, Olavo Noleto destacou que a proposição do Conselho partiu da FNP. "Faço questão de dizer aqui que o Conselho da Federação é mais uma proposta da FNP que entrará para a história do país. Será rico e potente", frisou.

Ele ressaltou que a instituição do Conselho será um avanço importante para o fortalecimento e a qualificação do diálogo entre os entes.

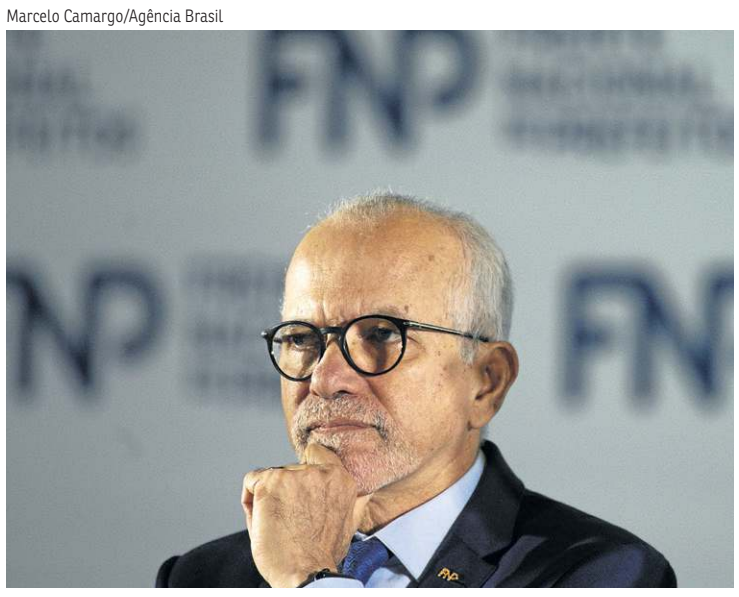
Outro tema debatido no encontro foi o transporte público, cuja defasagem da frota e as altas despesas municipais preocupam os entes federados. "Queremos que o governo seja copartícipe do financiamento do transporte coletivo, porque não temos mais condições de arcar com a conta sozinhos", disse o presidente da FNP, Edvaldo Nogueira.

Entre as demandas estão, também, o marco regulatório do transporte, além de novos investimentos governamentais para criar uma linha de financiamento permanente e a modernização dos sistemas.

"O governo pode estabelecer que o aporte de recursos financeiros exija modernidade e integração dos sistemas, porque isso vai ser uma corresponsabilidade. Nós topamos isso", disse o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, vice-presidente de Mobilidade Urbana da FNP.

O encontro de ontem contou com 804 participantes, sendo 100 prefeitos.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Edvaldo Nogueira, prefeito de Aracaju, foi reconduzido à presidência da FNP

» Sala das Cidades e dos Estados

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou, ontem, no evento da FNP, que além de março ser o mês das mulheres é também o mês dos municípios, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prepara uma série de ações contemplando as prefeituras. Segundo Padilha, hoje, o chefe do Executivo vai anunciar a recriação da "Sala dos Prefeitos" na Caixa Econômica Federal, que será renomeada de "Sala das Cidades e dos Estados". A recriação tinha sido anunciada pelo presidente na sexta-feira, para que os chefes do Executivo municipais tenham maior facilidade e acesso para apresentarem seus pleitos.